

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 233/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
233/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	JULIANA BENATTI DE CASTRO	09/06/2026 13:57 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		solicitação 4221/

1. Locação de Equip. Médico-Hopitalares

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Locação de equipamentos médico-hospitalares para atender às necessidades assistenciais do Hospital Municipal Walter Ferrari, com fornecimento, instalação, manutenção preventiva, periódica e corretiva, calibração, substituição em caso de falha e treinamento de equipe técnica usuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

Item	Descrição	Quantidade / Meses	Valor Mensal	Valor Anual
01	APARELHO DE ANESTESIA - 4 EQUIPAMENTOS	12	R\$ 19.666,67	R\$ 236.000,00
02	APARELHO DE VIDEOCIRURGIA - 1 EQUIPAMENTO	12	R\$ 16.333,33	R\$ 195.999,96

Para esta contratação não foi utilizado catálogo eletrônico de padronização, pois até a presente data, não possui o item demandado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, bem como no Decreto Municipal nº 4580/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, no qual restou demonstrado que a contratação tem por objetivo garantir a continuidade e a qualidade da assistência prestada no Hospital Municipal “Walter Ferrari”, por meio da locação de equipamentos médico-hospitalares essenciais à realização de procedimentos cirúrgicos.

A contratação inclui, obrigatoriamente, a prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado, calibração periódica e substituição dos equipamentos em caso de falha, garantindo sua plena disponibilidade operacional.

Considerando o processo de assunção progressiva da gestão dos serviços de saúde pelo Município, torna-se imprescindível adotar medidas que assegurem a manutenção da infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento do Centro Cirúrgico, evitando desassistência e interrupções na prestação dos serviços.

A opção pela locação, em detrimento da aquisição direta, justifica-se pelos seguintes aspectos:

- Continuidade da assistência: a locação permite a imediata disponibilização e reposição dos equipamentos, evitando interrupções nos serviços e assegurando a regularidade do atendimento à população;
- Atualização tecnológica: possibilita o acesso a equipamentos modernos e atualizados, reduzindo os riscos de obsolescência;
- Manutenção e suporte técnico inclusos: os contratos de locação abrangem manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e fornecimento de peças, reduzindo custos indiretos e garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos;
- Substituição em caso de falha: a previsão contratual de substituição minimiza riscos de paralisação de serviços essenciais;
- Economicidade e previsibilidade de custos: evita elevado investimento inicial na aquisição, além de proporcionar melhor planejamento orçamentário ao longo da vigência contratual.

Do ponto de vista técnico, os equipamentos objeto da contratação são de alta relevância assistencial, sendo indispensáveis à realização segura de procedimentos cirúrgicos (anestesia e videocirurgia).

A ausência ou indisponibilidade desses equipamentos compromete diretamente a realização de procedimentos, a resolutividade da assistência e a segurança do paciente, impactando negativamente a capacidade operacional dos serviços de saúde.

No que se refere à legalidade, a contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos seguintes dispositivos:

- Art. 6º, inciso XXIII (Termo de Referência);
- Art. 11 (princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público);
- Art. 23 (parcelamento do objeto);
- Art. 40 e Art. 72 (possibilidade de contratação com serviços agregados à disponibilização de bens).

Adicionalmente, a contratação está alinhada aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso universal, integral e contínuo aos serviços de saúde, com qualidade e segurança.

A locação de equipamentos com serviços agregados constitui prática consolidada na Administração Pública, especialmente em contextos que demandam agilidade, atualização tecnológica e continuidade assistencial.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se tecnicamente justificada, juridicamente adequada e economicamente viável, sendo essencial para assegurar a continuidade, segurança e qualidade da assistência em saúde ofertada pelo Município de Jaguariúna, especialmente no âmbito dos procedimentos cirúrgicos e diagnósticos especializados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

ITEM 01 - APARELHO DE ANESTESIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

- Estação de anestesia destinada ao atendimento de pacientes de alta complexidade, com 01 a 02 gavetas e bandeja de apoio.
- Ventilador microprocessado para atendimento de pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos, com modos ventilatórios mínimos: PCV, VCV, SIMV, ventilação manual e espontânea, ou modos equivalentes, desde que compatíveis com a finalidade assistencial do equipamento.
- Sistema de autoteste ao ligar o equipamento, com detecção de falhas ou erros operacionais, preferencialmente sem necessidade de intervenção do operador.
- Monitor gráfico colorido, LCD ou tecnologia equivalente, de no mínimo 10,4 polegadas, com boa resolução, com botão rotativo/encoder ou outro recurso equivalente como segunda opção de manuseio do equipamento.
- Apresentação de curvas ventilatórias, incluindo pressão x tempo, fluxo x tempo e volume x tempo, ou curvas equivalentes necessárias ao monitoramento ventilatório.
- Possibilidade de capnografia para apresentação da curva de EtCO₂, quando o módulo de CO estiver instalado ou integrado ao equipamento.
- Equipamento com grau de proteção de no mínimo IPX1.
- Registro de tendências gráficas de no mínimo 24 horas.
- Monitorização quantitativa de frequência respiratória, volume corrente, volume minuto, pressão de pico, pressão de platô e PEEP.
- Parâmetros ventilatórios mínimos:
 - frequência respiratória de, no mínimo, 6 a 60 rpm;
 - fluxo de, no mínimo, 110 LPM;
 - volume corrente de, no mínimo, 20 a 1.400 ml;
 - pressão inspiratória de, no mínimo, 20 a 50 cmHO;
 - PEEP desligada ou ajustável, com faixa mínima de 4 a 20 cmHO.
- Possibilidade de utilização de até dois vaporizadores calibrados compatíveis com o equipamento, com sistema de segurança que impeça a utilização simultânea dos vaporizadores, quando aplicável.
- Cânister de cal sodada autoclavável, com sistema de fechamento por engate rápido ou tecnologia equivalente, preferencialmente com sistema de bypass que permita a troca da cal sodada durante o procedimento cirúrgico, sem despressurização significativa do sistema e sem necessidade de utilização de ferramentas.
- Sistema de alarmes visuais e/ou sonoros para, no mínimo: pressão máxima e mínima, volume minuto máximo e mínimo, concentração de agente anestésico máxima e mínima quando aplicável, FiO₂ máxima e mínima, apneia, baixa pressão e/ou baixo fluxo de entrada de O₂, falta de energia elétrica, teste de complacência do circuito e compensação automática, quando aplicável.
- Sistema de freios nos rodízios.
- Bloco respiratório com sistema de aquecimento ou tecnologia similar para reduzir ou evitar a condensação de água no circuito.
- Ventilador com sistema de fole ascendente com campânula graduada, pistão, turbina ou tecnologia equivalente.

- Sensor de fluxo autoclavável ou reutilizável, compatível com as categorias de pacientes atendidas pelo equipamento.
- Interface de comunicação para transferência de dados entre o equipamento e dispositivo externo, ou recurso equivalente compatível com o sistema ofertado.
- Possibilidade de atualização de software por meio de dispositivo externo, rede autorizada, assistência técnica habilitada ou tecnologia equivalente.
- Registro interno de eventos.
- Alimentação elétrica bivolt automático ou compatível com 127/220 volts – 60 Hz, com bateria recarregável incorporada ao equipamento, com autonomia mínima de 60 minutos.

Acessórios mínimos que deverão acompanhar o aparelho de anestesia:

- 01 vaporizador calibrado de sevoflurano, compatível com o equipamento ofertado;
- 01 circuito respiratório reutilizável completo adulto, incluindo balão ventilatório, autoclavável ou compatível com processo de esterilização/desinfecção indicado pelo fabricante;
- 01 circuito respiratório reutilizável completo pediátrico, incluindo balão ventilatório, autoclavável ou compatível com processo de esterilização/desinfecção indicado pelo fabricante;
- 02 sensores de fluxo autoclaváveis, reutilizáveis ou compatíveis com o equipamento ofertado;
- 02 drenos ou reservatórios para módulo de gases, quando aplicável;
- 02 linhas de gases ou acessórios equivalentes necessários ao funcionamento do módulo de gases, quando aplicável;
- mangueiras para oxigênio, ar comprimido e óxido nitroso, com comprimento aproximado de 5 metros, compatíveis com a rede de gases e com o equipamento ofertado;
- todos os demais acessórios, cabos, conectores, componentes e partes necessárias ao pleno funcionamento do equipamento.

O equipamento deverá acompanhar todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, conforme configuração ofertada e finalidade assistencial prevista.

A contratação contempla a substituição dos acessórios por desgaste natural durante a vigência contratual, salvo itens considerados consumíveis descartáveis, desde que assim definidos pelo fabricante ou pelas normas técnicas aplicáveis.

ITEM 02 - APARELHO DE VIDEOCIRURGIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

1. Descrição do equipamento

Monitor:

- Monitor de grau médico para exibição de imagens, com no mínimo 24 polegadas, com suporte para fixação em rack ou estrutura equivalente;
- Painel flat screen de alta definição ou tecnologia equivalente;
- Aspecto de imagem 16:9 ou 16:10;
- Resolução mínima de 1920 x 1080 pixels ou superior;
- Possibilidade de exibição de duas imagens simultâneas, por meio de recurso PIP ou funcionalidade equivalente, quando disponível na configuração ofertada;
- Entradas de vídeo digitais compatíveis com o sistema ofertado, admitidas conexões DVI, SDI, HDMI ou equivalentes, desde que garantida a plena integração entre monitor, processadora, câmera e demais componentes do sistema;

- Adaptação para fixação em rack, pedestal ou suporte compatível;
- Alimentação elétrica compatível com 127-220 VAC, 60 Hz, com comutação manual ou automática;
- Deverá acompanhar todos os cabos, conectores e acessórios necessários à interconexão e ao pleno funcionamento do sistema.

Endoscópios rígidos 30°:

- 02 unidades com ângulo de visão de 30°, diâmetro aproximado de 10 mm, comprimento mínimo de 30 cm, autoclaváveis ou compatíveis com processo de esterilização indicado pelo fabricante, compatíveis com imagem Full HD ou superior;
- Deverão acompanhar cestos, estojos ou acessórios apropriados para esterilização e acondicionamento dos endoscópios fornecidos.

Endoscópio rígido 0°:

- 01 unidade com ângulo de visão de 0°, diâmetro aproximado de 10 mm, comprimento mínimo de 30 cm, autoclavável ou compatível com processo de esterilização indicado pelo fabricante, compatível com imagem Full HD ou superior;
- Deverá acompanhar cesto, estojo ou acessório apropriado para esterilização e acondicionamento.

Fonte de luz:

- 01 unidade de fonte de luz para videolaparoscopia, com tecnologia LED, Xenon ou equivalente, com desempenho compatível ou superior a sistemas de 300W;
- No caso de tecnologia LED, deverá apresentar vida útil mínima de 30.000 horas, temperatura de cor igual ou superior a 6.000 K e intensidade luminosa compatível com procedimentos de videolaparoscopia;
- Deverá ser compatível com cabos de fibra óptica utilizados no sistema ofertado, admitidos adaptadores quando necessários;
- O sistema deverá permitir ajuste de intensidade de luz pelo usuário, com indicação do nível de iluminação ou funcionalidade equivalente;
- Deverá acompanhar, no mínimo, 02 cabos de fibra óptica compatíveis, com comprimento aproximado de 250 cm, bem como todos os acessórios necessários à interconexão com os demais componentes do sistema;
- Alimentação elétrica compatível com 127–220 VAC, 60 Hz, com comutação manual ou automática.

Unidade de processamento / sistema de câmera:

- A unidade de processamento deverá operar em resolução Full HD, com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels, ou superior, com processamento de imagem compatível com procedimentos de videolaparoscopia;
- Deverá ser compatível com a câmera de vídeo e com o monitor do sistema ofertado;
- Deverá permitir integração com os demais componentes do sistema de videocirurgia/videolaparoscopia, incluindo fonte de luz LED, Xenon ou tecnologia equivalente;
- O sistema deverá possuir funções de ajuste de imagem, incluindo balanço de branco, automático ou manual, além de recursos que garantam adequada qualidade de imagem, como ajuste de brilho, contraste e reprodução de cores;
- Deverá possuir saídas de vídeo digitais compatíveis com o sistema ofertado, em quantidade suficiente para integração com monitor e demais dispositivos de documentação ou gravação, admitidas conexões DVI, SDI, HDMI ou equivalentes;
- A processadora deverá permitir conexão com sistemas de captura, documentação, armazenamento ou transferência de imagens e vídeos, quando aplicável à tecnologia ofertada;
- Alimentação elétrica compatível com 127–220 VAC, 60 Hz, com comutação manual ou automática;
- Deverá acompanhar todos os cabos, conectores e acessórios necessários à completa interligação e ao pleno funcionamento do sistema.

Sistema de controle:

- Sistema de controle para ajuste das funções do equipamento, podendo ser integrado ou não à processadora, ao cabeçote da câmera, à fonte de luz ou ao insuflador;
- Deverá permitir, quando aplicável à tecnologia ofertada, controle de intensidade de luz, ajuste de pressão e fluxo de insuflação e início/parada da insuflação.

Insuflador de CO:

- Insuflador de CO com ajuste de fluxo de, no mínimo, até 30 litros/minuto, ou superior;
- Ajuste de pressão de trabalho de, no mínimo, até 25 mmHg, ou superior;
- Capacidade de aquecimento do gás ou tecnologia equivalente, quando aplicável;
- Display digital ou interface equivalente para controle e monitoramento dos parâmetros;
- O display deverá indicar, no mínimo, pressão ajustada e real, fluxo de gás e volume de gás, bem como nível de gás no cilindro ou informação equivalente de controle;
- Deverá possuir sistema de segurança com alarmes visuais e/ou sonoros para sobrepressão, válvula de alívio ou sistema equivalente, bem como proteção para alta e baixa pressão do cilindro;
- Deverá possuir controle adequado da pressão intra-abdominal e permitir ajuste preciso dos parâmetros de insuflação;
- Quantidade: 01 unidade, salvo se a necessidade técnica da Administração justificar quantidade superior;
- Deverá acompanhar mangueiras para insuflação de CO ao paciente, mangueira de conexão ao cilindro, filtros e demais acessórios compatíveis, conforme aplicável;
- Alimentação elétrica compatível com 127–220 VAC, 60 Hz, com comutação manual ou automática.

Rack:

- Estrutura confeccionada em material resistente, com tratamento anticorrosivo, pintura eletrostática ou acabamento equivalente;
- Poderá ser fechado, parcialmente fechado ou aberto, desde que permita adequada acomodação, segurança e organização dos componentes do sistema;
- Deverá possuir prateleiras internas ou suportes com regulagem de altura, em quantidade suficiente para acomodação dos componentes do sistema, tais como processadora, fonte de luz, insuflador e demais equipamentos;
- Deverá possuir suporte para monitor, fixo ou articulado, que permita ajuste de posição;
- Deverá possuir suporte para cilindro de CO compatível com o sistema, quando aplicável;
- Deverá possuir, no mínimo, 04 rodízios, sendo ao menos 02 com travas;
- Deverá permitir adequada organização e acomodação dos cabos e acessórios do sistema;
- Quando aplicável, deverá acompanhar nobreak compatível com o consumo do sistema;
- Poderá contemplar acessórios para registro, documentação ou armazenamento de imagens, conforme tecnologia disponível.

2. Características mínimas da solução

- Câmera de vídeo digital destinada a procedimentos de videocirurgia/videolaparoscopia, com tecnologia de alta definição Full HD ou superior, resolução mínima de 1920 x 1080 pixels e processamento de imagem compatível com o sistema ofertado;
- Compatibilidade com a unidade processadora de vídeo e com ópticas padrão de mercado ou ópticas compatíveis com o sistema ofertado;
- Preferencialmente, o sistema deverá utilizar tecnologia de múltiplos sensores de imagem, tais como 3 chips CCD, CMOS ou tecnologia equivalente de desempenho igual ou superior, que proporcione adequada qualidade de imagem, reprodução de cores, contraste e nitidez;

- O equipamento deverá possuir construção adequada para uso em ambiente cirúrgico, com proteção compatível contra entrada de líquidos e passível de limpeza, desinfecção de alto nível ou esterilização, conforme indicação do fabricante e normas aplicáveis;
- O cabeçote da câmera deverá possuir botões de comando ou recurso equivalente para controle de funções;
- Deverá possuir acoplamento universal ou compatível com as ópticas fornecidas e com a finalidade assistencial do sistema;
- Deverá possibilitar, no mínimo, o acionamento de funcionalidades como captura de imagens estáticas, gravação de vídeo, ajuste de balanço de branco e ajustes básicos de imagem, incluindo foco e zoom, quando aplicável;
- O sistema deverá apresentar sensibilidade de imagem compatível com a realização de procedimentos de videolaparoscopia, garantindo desempenho adequado mesmo em condições de baixa luminosidade;
- O cabo de conexão entre o cabeçote e a unidade processadora deverá possuir comprimento mínimo de 3 metros, ou extensão equivalente que permita o uso adequado em ambiente cirúrgico.

3. Acessórios mínimos

Deverão acompanhar o sistema, no mínimo:

- 01 endoscópio rígido autoclavável ou compatível com processo de esterilização indicado pelo fabricante, compatível com imagem em alta definição, com diâmetro aproximado de 10 mm, ângulo de visão de 0°, comprimento mínimo de 30 cm, com acoplador universal ou compatível com o sistema ofertado e estojo/cesto apropriado para esterilização;
- 02 endoscópios rígidos autoclaváveis ou compatíveis com processo de esterilização indicado pelo fabricante, compatíveis com imagem em alta definição, com diâmetro aproximado de 10 mm, ângulo de visão de 30°, comprimento mínimo de 30 cm, com acoplador universal ou compatível com o sistema ofertado e estojo/cesto apropriado para esterilização;
- 02 cabos de fibra óptica compatíveis com o sistema, autoclaváveis ou compatíveis com processo de esterilização indicado pelo fabricante, com comprimento mínimo aproximado de 250 cm, acompanhados dos adaptadores necessários para conexão à fonte de luz, quando aplicável;
- 01 nobreak compatível com o sistema, com capacidade suficiente para suportar o funcionamento dos equipamentos por tempo adequado ao desligamento seguro, possuindo múltiplas saídas para conexão dos equipamentos;
- 01 lâmpada reserva, no caso de fornecimento de fonte de luz do tipo Xenon, quando aplicável;
- Todos os demais cabos, conectores, acessórios, adaptadores e componentes necessários ao pleno funcionamento do sistema.

As especificações técnicas descritas constituem requisitos mínimos necessários ao adequado funcionamento do equipamento e à segurança assistencial, sendo admitidos equipamentos, tecnologias, acessórios, conexões e soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com a finalidade do objeto, com o ambiente hospitalar e com os demais componentes do sistema ofertado, sem prejuízo do atendimento integral às normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá atender integralmente aos seguintes requisitos e assumir as responsabilidades descritas abaixo durante toda a vigência do contrato, assegurando a funcionalidade, disponibilidade e segurança dos equipamentos locados:

- a. Entrega e Instalação:

- Realizar a entrega, instalação física e configuração completa dos equipamentos nos locais indicados pela contratante, conforme cronograma acordado;
- Executar testes de validação de funcionamento dos equipamentos após a instalação e emitir relatório técnico de instalação para aceite da contratante.
- Fica expressamente proibida a sublocação dos equipamentos hospitalares objeto deste contrato a empresas terceiras ou quaisquer outros terceiros, permanecendo a contratada integralmente responsável pela posse, operação e manutenção dos referidos equipamentos.
- Todos os equipamentos deverão possuir tempo máximo de fabricação de até 7 (sete) anos, com tecnologia atualizada, não sendo admitidos equipamentos obsoletos ou descontinuados pelo fabricante, apresentando-se em perfeito estado de conservação, sem sinais de desgaste que comprometam a performance e com plena garantia de disponibilidade.

b. Documentação Técnica:

- Fornecer, junto a cada equipamento, manuais técnicos e operacionais em língua portuguesa, contendo instruções de uso, manutenção e segurança;
- Apresentar, no ato da contratação, a documentação comprobatória de registro ou certificação dos equipamentos ativo junto à ANVISA.

c. Treinamento e Capacitação:

- Oferecer treinamento presencial inicial para as equipes técnicas e assistenciais, de todos os plantões, com foco no manuseio, operação segura e interpretação dos dados fornecidos;
- Repetir o treinamento sempre que houver substituição de modelo ou solicitação da contratante.

d. Suporte Técnico:

- Disponibilizar suporte técnico remoto 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo finais de semana e feriados;
- Disponibilizar equipe técnica capacitada e certificada pelos fabricantes dos equipamentos para atendimento presencial, quando necessário.
- Apresentar, no momento da assinatura do contrato ou previamente à instalação e início da operação dos equipamentos, certificado de treinamento técnico ou documento equivalente de capacitação, emitido pelo fabricante, representante autorizado ou empresa tecnicamente habilitada, referente ao equipamento ofertado no item contratado;
- O certificado ou documento equivalente deverá estar relacionado ao equipamento efetivamente ofertado pela contratada, observando-se o item adjudicado;
- Caso a contratada seja vencedora de mais de um item, deverá apresentar comprovação de capacitação técnica compatível com cada equipamento contratado;

e. Manutenção Preventiva e Corretiva:

- Realizar manutenções preventivas periódicas conforme recomendação do fabricante, com peças originais, incluindo verificação de desempenho, calibração, limpeza técnica, verificação da segurança elétrica e atualização de software/firmware;
- Realizar manutenções corretivas sob demanda, sem qualquer ônus adicional para a Administração, fornecendo todas as peças, componentes e mão de obra técnica necessária.

f. Substituição de Equipamentos:

- A contratada deverá efetuar a substituição de quaisquer equipamentos que apresentem falhas ou indisponibilidade operacional no prazo máximo de 12 (doze) horas, contado a partir da notificação formal, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.”
- Garantir que os equipamentos substituídos sejam tecnicamente equivalentes ou superiores aos originalmente instalados. Sendo o aparelho da mesma tecnicamente equivalente ou superior, com plena compatibilidade funcional”.

g. Relatórios Técnicos e Monitoramento:

- Todos os certificados e manutenções preventivas, calibrações e segurança elétrica devem ser disponibilizados por meio de Sistema de Gestão de Manutenção, que permita tanto a sua visualização, mas também indique notificações de equipamentos com certificado próximo ao vencimento.
- Laudo de Instalação e Aceite: comprova que o equipamento foi instalado, testado e está em perfeito funcionamento.
- Relatórios Periódicos de Manutenção Preventiva: com datas, serviços realizados, peças substituídas e assinatura de técnico habilitado.
- Certificados de Calibração: evidenciam que os aparelhos seguem os padrões de precisão exigidos por normas da ABNT/Inmetro ou fabricantes.
- Relatórios de Treinamento: lista dos profissionais capacitados e datas dos treinamentos oferecidos.
- Indicadores de desempenho, tempo de resposta e disponibilidade operacional.
- Manter registro atualizado de todas as intervenções técnicas, disponível para auditoria e fiscalização.

h. Responsabilidades Administrativas e Legais:

- Cumprir todas as normas de segurança e regulamentações aplicáveis;
- Manter identificação patrimonial própria nos equipamentos, com número de série visível;
- Assumir integral responsabilidade por danos causados por falhas ou mau funcionamento;
- Cumprir com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes da execução contratual;
- Garantir que todos os equipamentos estejam devidamente regularizados junto à ANVISA;
- Manter registro de rastreabilidade e controle de qualidade de todos os equipamentos fornecidos.

5.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

5.2.1. Qualificação Técnico-Operacional:

A empresa deverá apresentar:

- Comprovação de registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, compatível com as atividades técnicas de instalação, manutenção preventiva e corretiva, calibração, segurança elétrica e suporte técnico dos equipamentos médico-hospitalares objeto da contratação;
- Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a existência de contratos, executados ou em execução, envolvendo os equipamentos solicitados, abrangendo as parcelas de maior relevância:

Item 01 - Aparelho de Anestesia

Para o Item 01, consideram-se parcelas de maior relevância técnica:

I - Locação, fornecimento ou disponibilização de aparelho de anestesia ou equipamento médico-hospitalar de suporte à vida de complexidade tecnológica equivalente;

II - Instalação, manutenção preventiva e corretiva, calibração, segurança elétrica, suporte técnico e substituição de aparelho de anestesia ou equipamento médico-hospitalar de suporte à vida de complexidade tecnológica equivalente.

Item 02 - Aparelho de Videocirurgia

Para o Item 02, consideram-se parcelas de maior relevância técnica:

I - Locação, fornecimento ou disponibilização de sistema de videocirurgia, videolaparoscopia ou equipamento médico-hospitalar de imagem cirúrgica de complexidade tecnológica equivalente;

II - Instalação, manutenção preventiva e corretiva, calibração, segurança elétrica, suporte técnico e substituição de sistema de videocirurgia, videolaparoscopia ou equipamento médico-hospitalar de imagem cirúrgica de complexidade tecnológica equivalente;

Caso a licitante participe de ambos os itens, deverá apresentar documentação técnica compatível com os dois itens, podendo a comprovação ocorrer por meio de um ou mais atestados, desde que o conjunto documental demonstre experiência compatível com a natureza, porte e complexidade dos equipamentos ofertados.

Não será exigida comprovação cumulativa e específica de todos os componentes, acessórios ou modelos indicados nas especificações técnicas, bastando que os atestados apresentados demonstrem experiência compatível com o item disputado e com os serviços agregados à locação, incluindo instalação, manutenção, suporte técnico, substituição em caso de falha e garantia de funcionamento.

- c. Documentação que comprove rastreabilidade de calibração de seus padrões e simuladores;
- d. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA.

5.2.2. Qualificação Técnico-Profissional:

Deverá ser apresentada comprovação de que a licitante possui responsável técnico legalmente habilitado, com registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

A comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante poderá ser realizada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a. Ficha de registro de empregado;
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- c. Contrato social ou ato constitutivo da empresa, quando se tratar de sócio, administrador ou diretor;
- d. Contrato de prestação de serviços;
- e. Outro instrumento formal equivalente que comprove vínculo jurídico válido entre o profissional responsável técnico e a licitante.

Será admitida a comprovação do vínculo por meio de contrato de prestação de serviços, desde que vigente e compatível com as responsabilidades técnicas assumidas no âmbito da contratação.

A documentação apresentada deverá permitir a identificação do profissional responsável técnico, sua vinculação com a empresa licitante e sua regular habilitação perante o CREA.

5.3. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Compete à contratante, durante a vigência contratual:

a. Acesso e Infraestrutura:

- Disponibilizar espaços adequados para instalação dos equipamentos, com infraestrutura elétrica e lógica compatível;
- Garantir livre acesso da equipe técnica da contratada às dependências para instalação, manutenção e substituição.

b. Comunicação e Notificações:

- Comunicar formalmente quaisquer falhas ou irregularidades identificadas;
- Notificar por escrito a necessidade de substituição de equipamentos ou cumprimento de prazos.

c. Apoio Operacional:

- Indicar responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e aceite das etapas;
- Apoiar a realização dos treinamentos, garantindo participação das equipes técnicas e assistenciais.

d. Fiscalização Contratual:

- Designar formalmente fiscal técnico e gestor do contrato, conforme Lei nº 14.133/2021;
- Controlar e arquivar relatórios técnicos, notas fiscais e registros de manutenção.

e. Pagamento:

- Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estipulados, mediante nota fiscal regular, relatório técnico mensal e atestado de conformidade.

f. Responsabilidades Legais:

- Cumprir as disposições legais e contratuais aplicáveis, evitando qualquer atuação que comprometa a execução contratual.

5.4. SUSTENTABILIDADE:

5.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.5. SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Após a assinatura do contrato, a Ordem de Serviço/Fornecimento será emitida pela Administração no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, observada a conveniência administrativa e a disponibilidade das condições necessárias ao início da execução. A vigência contratual será contada a partir da data de emissão da referida Ordem, coincidindo com o início efetivo da execução dos serviços.

6.2. A execução contratual, compreende a entrega, instalação e disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos a contar da emissão da ordem de fornecimento, sem ônus adicional para a Administração.

6.3. A prorrogação de prazo, quando for o caso, deverá observar o interesse público, a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições de economicidade e vantajosidade inicialmente pactuadas

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

7.1. Durante toda a vigência contratual, a Contratada deverá garantir a plena funcionalidade, disponibilidade e segurança dos equipamentos locados, bem como a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se integralmente pela execução de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, substituição de equipamentos em caso de falha, suporte técnico especializado, atualizações de software e demais obrigações assumidas.

7.2. Todos os equipamentos deverão estar cobertos por garantia técnica integral, devendo a Contratada providenciar a substituição, em caráter definitivo ou provisório, em até 12 (doze) horas, após a notificação formal da Contratante, caso apresentem falhas não solucionáveis de imediato, de forma a não comprometer a continuidade da assistência.

7.3. A Contratada responderá integralmente pelos custos de peças, componentes, mão de obra técnica, transporte, calibração, deslocamentos e quaisquer outros encargos associados à manutenção dos equipamentos locados, não cabendo à Administração quaisquer ônus adicionais.

7.4. Os serviços prestados estarão sujeitos à avaliação contínua da fiscalização técnica do contrato, podendo ser exigida, a qualquer tempo, a apresentação de relatórios de desempenho, indicadores de disponibilidade e evidências de conformidade com os padrões de qualidade e segurança definidos neste Termo de Referência.

7.5. A não observância das obrigações de garantia implicará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa cabível.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado pela Administração e autorizado pela autoridade competente.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Execução do contrato

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre a Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Preposto

9.4. A Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

9.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

9.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à Administração Pública, por meio de agentes formalmente designados, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, com vistas a garantir sua regularidade, eficácia e conformidade com as cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

Designação de Fiscal e Gestor do Contrato

10.2. Conforme Decreto Municipal, o Gestor do Contrato é o Secretário Municipal da pasta.

10.3. A Secretaria Municipal de Saúde designará formalmente um ou mais fiscais, técnico / administrativo, preferencialmente com formação na área da saúde ou engenharia clínica, responsáveis pelo acompanhamento da execução técnica e administrativa dos serviços prestados.

Atribuições da Fiscalização

10.4. Compete aos agentes designados:

10.4.1. Verificar a conformidade da entrega, instalação e funcionamento dos equipamentos nas unidades de saúde indicadas;

10.4.2. Avaliar o cumprimento dos prazos contratuais, especialmente quanto à substituição de equipamentos defeituosos ou inoperantes;

10.4.3. Fiscalizar a realização das manutenções preventivas e corretivas, bem como a apresentação de relatórios técnicos periódicos pela contratada;

10.4.4. Atestar, mensalmente, o recebimento dos serviços prestados como condição para a liberação do pagamento;

10.4.5. Comunicar formalmente quaisquer falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais à autoridade competente para aplicação de eventuais sanções;

10.4.6. Registrar todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual em relatório próprio ou sistema eletrônico de gestão de contratos.

Acesso e Informação

10.5. A empresa contratada deverá:

10.5.1. Garantir livre acesso da equipe de fiscalização aos equipamentos, relatórios técnicos, registros de manutenção e demais documentos relacionados à execução contratual;

10.5.2. Prestar prontamente todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização, de forma clara e documentada;

10.5.3. Cooperar, com auditorias internas e externas, quando convocadas pela Administração Pública ou órgãos de controle.

Rotinas de Fiscalização

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

10.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.13. A fiscalização da execução dos serviços pelo fiscal técnico abrange o descrito do Decreto Federal 11.246 art. 22.

10.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

10.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

10.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.13. A fiscalização da execução dos serviços pelo fiscal administrativo abrange o descrito do Decreto Federal 11.246 art. 22.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Critérios de Medição

11.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a efetiva disponibilização e funcionamento dos equipamentos locados, bem como a execução integral dos serviços contratados.

11.2. Para fins de medição, serão observados:

11.2.1. A quantidade de equipamentos efetivamente instalados e em uso regular nas unidades de saúde;

11.2.2. A execução tempestiva das manutenções preventivas e corretivas programadas;

11.2.3. A substituição imediata dos equipamentos em caso de falha ou inoperância, dentro dos prazos contratuais;

11.3. O pagamento mensal estará condicionado ao atesto de conformidade emitido pela fiscalização contratual, após verificação do cumprimento integral das obrigações previstas no contrato.

11.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Critérios de Liquidação

11.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

11.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

11.9.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

11.9.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

11.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

11.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Condições e formas de pagamento

11.14. O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que acompanhada da seguinte documentação:

11.14.1. Atestado de recebimento e conformidade dos serviços, emitido pela fiscalização do contrato;

11.14.2. Relatório técnico mensal consolidado dos serviços prestados;

11.14.3. Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela legislação vigente.

11.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

11.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.19. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de pagamento

11.20. O pagamento será realizado pela Administração no prazo **de 20 (vinte) dias corridos** contados a partir da data de emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais e apresentadas as documentações exigidas.

11.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Glosas e Reduções Proporcionais

11.22. Em caso de descumprimento parcial das obrigações contratuais, poderão ser aplicadas glosas proporcionais no valor mensal, considerando a gravidade da ocorrência e o impacto na continuidade dos serviços.

11.23. Serão passíveis de glosa, entre outras hipóteses:

11.23.1. Atraso ou falha na substituição de equipamentos defeituosos;

11.23.2. Não realização de manutenção preventiva dentro do cronograma estabelecido;

11.23.3. Ocorrência de falhas técnicas recorrentes sem solução adequada pela contratada.

11.23.4 Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação (maio 2026), correspondente ao efetivo dos orçamentos utilizados para composição do preço de referência, com aplicação do Índice Nacional Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, nos termos do art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

12.1.1. Recebimento provisório: será realizado pela equipe técnica responsável, designada pela Contratante, mediante termo circunstanciado de recebimento provisório, atestando a entrega, instalação e funcionamento inicial dos equipamentos, bem como a prestação dos serviços associados, de forma satisfatória.

12.1.2. Recebimento definitivo: será efetuado após o período de observação e testes de, no mínimo, 30 (trinta) dias consecutivos de funcionamento contínuo dos equipamentos, sem ocorrência de falhas significativas. O recebimento definitivo será formalizado por meio de termo de recebimento definitivo, emitido pela fiscalização técnica do contrato, após avaliação da conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2. O recebimento do objeto não exime a Contratada de suas responsabilidades por vícios ocultos, falhas técnicas recorrentes, inadimplementos contratuais ou quaisquer defeitos que venham a comprometer a segurança e a eficácia do equipamento durante a vigência do contrato.

12.3. O procedimento de recebimento deverá observar, no que couber, o disposto nos artigos 141 a 144 da Lei nº 14.133/2021.

13. LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

13.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser executado no seguinte estabelecimento de saúde do Município de Jaguariúna:

a. Hospital Municipal Walter Ferrari - Rua Amazonas, 08, Dom Bosco, Jaguariúna-SP, CEP: 13.911-112.

13.2. A instalação, manutenção, substituição e demais serviços associados deverão ocorrer nos próprios locais de uso dos equipamentos, em espaços previamente designados pela Contratante, observando-se as normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis.

13.3. O acesso da equipe técnica da Contratada às unidades de saúde deverá ser previamente autorizado pela Contratante, devendo ser respeitados os protocolos internos de segurança, controle de acesso e biossegurança vigentes.

13.4. Os serviços deverão ser executados em horário previamente acordado com a Contratante, preferencialmente em períodos que não comprometam o atendimento assistencial, salvo em situações emergenciais, quando poderá ser exigido atendimento imediato.

13.5. Caberá à Contratada zelar para que as atividades de instalação e manutenção não causem riscos aos pacientes, servidores ou visitantes, devendo cumprir rigorosamente as normas de segurança ocupacional, sanitária e hospitalar.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Multa moratória por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias.

14.2.4.1.1. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, ensejando a aplicação da multa compensatória.

14.2.4.2. Multa compensatória em valor não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado do contrato e não superior a 30% (trinta por cento).

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

14.7. A multa aplicada deverá ser recolhida pela contratada no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da ciência da notificação administrativa, mediante guia própria a ser fornecida pela Contratante, sob pena de inscrição em dívida ativa e demais cominações legais.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

14.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com a Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor total global estimado para a presente contratação é de R\$ 432.000,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil reais), para o período de 12 (doze) meses.

15.2. O valor mensal estimado é R\$ 36.000,00. (Trinta e seis mil reais).

15.3. O valor estimado da contratação servirá como referência para o procedimento licitatório, não representando obrigação de pagamento integral por parte da Administração, que remunerará a contratada de acordo com a efetiva execução do objeto.

15.4. O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal mensal atestada pela fiscalização do contrato, após a devida comprovação da execução dos serviços e da disponibilidade plena dos equipamentos locados.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente do Município de Jaguariúna, a saber:

Ficha: 539/2026 – 02.14.01.10.302.2035.2067.3.3.90.39.00

Fonte: 1 - Tesouro

Cod. Aplic.: 302.0000 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

16.2. Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos, em conformidade com o disposto no art. 7º, §2º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

17. PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. A proposta de preços deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) Identificação da empresa licitante: razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail de contato;

- b) Identificação do representante legal, com assinatura;
- c) Indicação do item e do equipamento ofertado, contendo marca, modelo e fabricante;
- d) Quantidade ofertada;
- e) Valor unitário e valor total de cada item, em moeda corrente nacional (R\$), expressos em números e, preferencialmente, por extenso;
- f) Valor global da proposta, em moeda corrente nacional (R\$), expresso em números e, preferencialmente, por extenso;
- g) Prazo de entrega, instalação e início da operação dos equipamentos;
- h) Apresentação de relatório técnico descritivo, contendo o atendimento integral às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, devendo:
 - indicar, de forma clara e objetiva, o atendimento a cada requisito técnico exigido;
 - apresentar a correspondência entre as especificações do Termo de Referência e as características do equipamento ofertado;
 - conter a referência expressa à documentação técnica oficial do fabricante (catálogo, manual ou ficha técnica), com indicação de página, item ou seção que comprove o atendimento;
 - ser acompanhado da respectiva documentação técnica do fabricante que comprove as informações apresentadas.
- i) Declaração de que o equipamento ofertado atende integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- j) Declaração de que os valores apresentados incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, frete, instalação, treinamento, manutenção e quaisquer outras despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto.

17.2. Não serão aceitas declarações genéricas de atendimento às especificações técnicas, sendo obrigatória a comprovação por meio de documentação oficial do fabricante.

17.3. A análise técnica das propostas será realizada com base exclusiva nas informações constantes na documentação técnica apresentada, não sendo considerados documentos produzidos unilateralmente pela licitante sem respaldo em material oficial do fabricante.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR

18.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de Menor Preço por Item, conforme disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem integralmente às especificações técnicas, condições de execução e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

18.3. Em caso de empate, aplicar-se-á o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA CAMILO

Secretária de Saúde